

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA COMO CAMINHO PARA A SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS DE COMUNICAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS A PATH TO OVERCOMING COMMUNICATION BARRIERS IN THE BRAZILIAN JUDICIARY

Rose Mari Tessima

Universidade de São Paulo, USP

E-mail: rosemary.tessima@gmail.com

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1839912248248773>

RESUMO

Este estudo analisa a comunicação no âmbito do Poder Judiciário brasileiro como uma barreira ao acesso à justiça, à luz da transformação digital, com foco no potencial da inteligência artificial generativa como instrumento de apoio à simplificação da linguagem jurídica. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, complementada pela análise de dados provenientes de estudo anterior realizado pela autora. A partir da técnica de análise de conteúdo, foram identificadas categorias relacionadas às dificuldades de compreensão da linguagem jurídica, à ausência de padronização na comunicação e à limitação no acesso à informação clara e acessível. Os resultados evidenciam que, apesar da ampliação dos serviços digitais, persistem barreiras comunicacionais que comprometem a efetividade do acesso à justiça. Nesse contexto, a inteligência artificial generativa apresenta-se como ferramenta estratégica para a tradução de conteúdos jurídicos em linguagem acessível, contribuindo para a democratização da informação e o fortalecimento da cidadania. Conclui-se que a melhoria da comunicação, aliada ao uso de tecnologias baseadas em IA, é condição essencial para a efetividade do acesso à justiça em uma sociedade digital.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Comunicação Jurídica; Acesso à Justiça; Poder Judiciário; Transformação Digital.

ABSTRACT

This study analyzes communication within the Brazilian Judiciary as a barrier to access to justice in the context of digital transformation, focusing on the potential of generative artificial intelligence as a tool to support the simplification of legal language. The research adopts a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic and documentary review, complemented by the analysis of data from a previous study conducted by the author. Using content analysis, categories were identified related to difficulties in understanding legal language, lack of standardization in communication, and limited access to clear and accessible information. The results show that, despite the expansion of digital judicial services, communication barriers persist and affect the effectiveness of access to justice. In this context, generative artificial intelligence emerges as a strategic tool for translating legal content into accessible language, contributing to the democratization of information and the strengthening of citizenship. It is concluded that improving communication, combined with the use of AI-based technologies, is essential to ensure effective access to justice in a digital society.

Keywords: Generative Artificial Intelligence; Legal Communication; Access to Justice; Judiciary; Digital Transformation.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Barroso destaca poder da comunicação simplificada na entrega do Selo da Linguagem Simples**. Brasília: CNJ, 2024.

Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/barroso-destaca-poder-da-comunicacao-simplificada-na-entrega-do-selo-da-linguagem-simples/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 144, de 2023**: dispõe sobre a adoção de linguagem simples no âmbito do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Pesquisa sobre percepção e avaliação do Poder Judiciário brasileiro**. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FREITAS, O. R.; CANEDO, B. D. (org.). **Democratização da linguagem e acesso à justiça**. Brasília: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2022.

TESSIMA, R. M. Transformação Digital do Judiciário: Barreiras de Acesso e Caminhos para a Democratização da Informação. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Digital Business) – Universidade de São Paulo.